

A ABSURDA PROPOSTA DE CANCELAR O KING'S DAY

Paul Ingrassia, advogado que presta serviços à Casa Branca, foi indicado por Donald Trump para chefiar a agência federal que protege pessoas que denunciam crimes. Ocorre que entre a indicação e a necessária aprovação pelo Senado o prontuário do indigitado subiu no telhado. Vieram ao conhecimento do público, mensagens suas em que ele assumia ser simpatizante do Nazismo (há um fundo de verdade na organização Caveira, dos filmes da Marvel) e, entre outras ideias absurdas, defendia a extinção do feriado dedicado a Martin Luther King, que deveria ser atirado ao sétimo círculo do inferno, segundo Ingrassia. O Senado americano, que costuma ser mais sério que o nosso no escrutínio dos indicados pelo Executivo, deu a entender que a sua indicação não seria homologada. A indicação foi retirada.

Digo-lhe, leitor — e digo-lhe também a mim mesmo — que esta é a moldura de uma crônica. Porque a vida pública, quando filtrada pela tela de um celular, ganha o relevo de farsa antiga: miniaturas de poder em bolhas de fala, retórica de gabinete cabendo nas dobras de um print. O que me espanta não é o excesso de adjetivo (há séculos os adjetivos tentam dar conta do horror), mas a pontaria metafísica: o sétimo círculo, logo ele, o reservado aos violentos de Dante, aqueles que ferem o próximo, a si e a Deus. Cancelar um feriado não é só mexer no calendário; é praticar uma violência contra a memória, que é o templo civil onde guardamos o pouco de decência que nos sobra.

A Casa Branca — o símbolo — sempre me soou mais adjetivo que substantivo: casa branca, paredes caiadas de institucionalidade. Nela se tenta o truque antigo de encobrir as manchas da história com demãos de tinta fresca. Um feriado, porém, não se apaga com rolo e lata: ele é uma janela aberta. Dia de King é janela que dá para a rua de um sonho, janela por onde entra um vento antigo que pergunta, sem cerimônia: “O que fizeste com o sonho, América?” Ingrassia fecha a janela, puxa a cortina e ainda aponta a janela para o inferno. Não por acaso: há quem confunda corrente de ar com ameaça.

Nos corredores do Senado, a luz vermelha piscando não é sirene, é etiqueta. Os homens e as mulheres que manejam a liturgia das confirmações sabem ler os sinais como monges que decifram iluminuras: um adjetivo fora de lugar, um emoji a mais, um hiperlink maldoso. A política moderna é isso: o destino de uma biografia decidindo-se na vírgula de um texto vazado. Dirão que é banalidade, que “foi só um desabafo”, que “o contexto”. Ora, o contexto é a coleira do lobo: solta um trecho e o lobo morde onde sempre mordeu.

Volto a Dante. No sétimo círculo há três valas: os violentos contra o próximo, os suicidas, os blasfemos e usurários. O inferno moral de negar um feriado que celebra a luta por direitos civis me parece habitar todas as três, de uma vez: fere-se o próximo ao minimizar sua história; fere-se a si mesmo ao escolher a ignorância como descanso; blasfema-se contra o pacto que sustenta a cidade, esse acordo precário de lembrarmos juntos do que nunca deveria voltar a acontecer. Quem “atira” um dia de memória ao fosso não está cansado do feriado; está cansado do espelho.

Imagino Washington numa manhã de inverno: o Potomac recita um latim indecifrável, as copeiras repetem a coreografia do café, e nos bolsos dos assessores trepidam pequenas apocalipses. Um staffer ruborizado ensaia, diante do espelho do banheiro, a frase que o diminuirá um pouco menos na audiência de confirmação: “Senadores, o indicado lamenta...”. Lamenta-se muito, hoje em dia; pede-se perdão como quem despacha e-mail. E, no entanto, raramente se arrepende. O arrependimento exige uma briga com o passado — não para apagá-lo, mas para assumi-lo —, e isso a indústria do dano colateral não entrega.

Talvez estejamos, nós também, excitados demais com o verbo “cancelar”. Cancelar virou o martelo de tudo: pregam-se ou arrancam-se memórias como quem ajusta prateleiras. No Brasil, quando alguém se cansa de lembrar, sugere-se que “revistamos” os nomes de ruas, as estátuas na praça, os feriados que cheiram a desconforto. Zumbi? Tiradentes? Consciência Negra? Aí alguém sussurra que é melhor deslocar, atenuar, “atualizar narrativas”. O eufemismo é a passarela por onde o esquecimento chega sorrindo.

Mas feriados são as pedras de mão do caminho: você tropeça neles para não cair no abismo. São intervalos de respiração coletiva, parênteses para perguntar o que a rotina faz questão de não ouvir. King não é um busto que se lustra; é uma pergunta que insiste. Um país que não suporta perguntas precisa calar dias; um poder que precisa calar dias, cedo ou tarde, cala pessoas.

Recordo uma aula antiga em que um professor nos explicou que o tempo histórico avança em espirais: volta aos mesmos pontos, mas em níveis diferentes. Um feriado é o alfinete que prende a espiral ao papel. Sem ele, a linha escapa — e, escapando, parece liberdade; no fundo, é vertigem. Por isso os dias incômodos existem: para lembrarmos, mesmo de má vontade, que a história não está resolvida. O sonho de King não venceu; mas também não foi derrotado. Ele negocia conosco a cada janeiro, todos os anos, como um credor paciente batendo à porta no amanhecer.

Vejo, então, o repórter que publicou as mensagens racistas do indicado. Ele não é herói, é regente de uma orquestra desafinada: notas de indignação, acordes de cinismo, um solo de ironia. Sabe que, ao publicar as mensagens, não derrubará

impérios; no máximo, puxará um fio. Mas fios, se puxados com teimosia, desenovelam tapeçarias. Os senadores lerão, algum assessor colherá as reações e, na audiência, virá a cantilena: “Não foi bem isso que quis dizer”, “eu respeito a história”, “minha avó me ensinou”. A plateia anotará, os microfones dormirão, e a cidade retomará sua rotina, que é a arte de esquecer com método.

Se eu fosse amigo de Ingrassia — personagem de crônica que é, como convém aos personagens de crônica —, convidaria o homem para uma caminhada silenciosa pela fila onde, certa vez, um menino negro segurou um cartaz feito a canetinha: “I have a dream”. Diria: repara como o inglês infantil encosta a língua no céu da boca para esticar a palavra dream; repara como o papel amassa, mas não rasga; repara como a mão pequena não treme. Andaríamos sem pressa, e talvez o sétimo círculo, esse delírio de castigo, se afrouxasse por um instante. Talvez o mundo ficasse menos tentado a resolver com fogo o que se conserta com escuta.

No fim da tarde, escrevo estas linhas como quem acende um abajur na sala: não para iluminar a rua, mas para impedir que a noite apague o que mora aqui dentro. Sei que a luz é pouca, mas é nossa. E sei, sobretudo, que dias como o de King não pedem idolatria; pedem companhia. É o que posso oferecer: ficar ao lado do feriado como quem fica ao lado de um amigo num corredor de hospital. Não prometo curas; prometo presença.

E quanto ao sétimo círculo, deixemo-lo em paz com as suas chamadas literárias. Os infernos são úteis como metáforas, não como políticas públicas. Na vida real, o que salva as cidades não é consignar feriados ao castigo eterno, e sim aceitar que nossa salvação, se houver, virá do trabalho ingrato de lembrar. Lembrar sem anistia para a estupidez; lembrar sem prazer no flagelo; lembrar porque, sem esse exercício, a história troca de roupa e volta, sempre, batendo à nossa porta.

Fico, pois, com as janelas abertas. O vento entra, mexe nos papéis, apaga a vela e reacende — e isso basta para que a casa, branca ou não, continue sendo casa.